



Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2017**

TÉCNICO JUDICIÁRIO

ÁREA

ADMINISTRATIVA

Sem especialidade

TIPO 01

BRANCA



Organizadora:



CONHECIMENTOS GERAIS (P1)

As questões 01 a 05 têm relação com o texto a seguir.

Uma hora de relógio

(Gregório Duvivier.)

O tempo pro brasileiro é tão fluido que a gente inventou a expressão “hora no relógio” – na Bahia, diz-se “hora de relógio”. Nesse momento um suíço ou um inglês tem uma síncope. “Existe alguma hora que não seja de relógio?”

Caro amigo, existe uma imensa variedade de horas. Na expressão “espera só meia horinha”, “meia horinha” costuma demorar duas horas de relógio, enquanto na frase “tô te esperando há horas”, “horas” pode significar só “meia horinha” de relógio. Por isso a importância da expressão “de relógio”: na hora do relógio, cada um dos minutos dura estranhos 60 segundos de relógio – não confundir, claro, com os segundinhos e os minutinhos, que podem durar horas de relógio. “O senhor tem cinco minutinhos?” “Tenho – mas no relógio só tenho uns dois”.

Sim, o diminutivo muda tudo. Quando se marca “de manhãzinha”, é no início da manhã, de oito às dez, mas se por acaso marcarem “de tardinha”, estarão se referindo ao fim da tarde, de cinco às sete. Nada é tão simples: de noitinha volta a ser no início da noite, tornando tardinha e noitinha conceitos intercambiáveis. Que cara é essa, amigo saxão? Você mede comprimento com pés e polegadas.

Não pense que para por aí: tem surgido, cada vez mais frequente, o diminutivo do gerúndio. Ouvi de uma amiga: “outro dia te vi todo correndinho na Lagoa”. Nada mais ridículo do que achar que se estava correndo e descobrir que só se estava correndinho. Esse é o meu problema com esportes: só chego nos diminutivos. Não chego a me exercitar, só fico me exercitandinho. Antes disso, fico alongandinho. E depois reclamandinho. Diz-se de um casal que começa a namorar que ambos estão namorandinho – no entanto, não se diz que um homem que começa a morrer já está morrendinho.

O diminutivo costuma recair sobre coisas pelas quais a gente tem ao menos um pouco de carinho. Por isso pode-se dizer criancinha, velhinho, mas jamais “adolescentezinho”. Pode-se dizer gatinho, cachorrinho, mas jamais “atendentinho de telemarketing”. A não ser, claro, no seu uso irônico: se te chamarem de “queridinho”, querem é que você exploda.

Foi o Ricardo Araújo Pereira quem atentou para o fato de que pomos o diminutivo em advérbios. “É devagar, é devagar, devagarinho”, diz o poeta Martinho – que carrega o diminutivo no nome. Deve ser coisa nossa, pensei, orgulhoso, até ouvir “despacito”, o “devagarinho” deles. Estranhamente, o vocalista fala mil palavras por minuto – de relógio. Prefiro o Martinho.

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduvivier/2017/07/1899750-na-hora-do-relogio-cada-minuto-dura-estranhos-60-segundos-de-relogio.shtml>.)

01

Considerando as informações e o modo como tais informações são levadas ao texto, pode-se afirmar que o tema central do texto é

- A) a imprecisão linguística do brasileiro.
- B) a dicotomia tempo cronológico/tempo psicológico.
- C) o contraste entre certas culturas europeias e a brasileira.
- D) o inadequado uso de um recurso morfológico do português pelos brasileiros.

02

Tendo em vista as suas características semânticas e formais, o texto de Gregório Duvivier visa, principalmente,

- A) narrar fatos cotidianos.
- B) explicar um conhecimento.
- C) argumentar em favor de um ponto de vista.
- D) instruir o leitor a como agir e/ou se comportar.

03

Os trechos apresentados a seguir tiveram a sua pontuação modificada. Assinale a alternativa em que a alteração realizada gerou mudança de sentido e/ou problema de composição.

- A) “Tenho, mas, no relógio, só tenho uns dois’ [...]” 2º§
- B) “[...] de noitinha, volta a ser no início da noite [...]” 3º§
- C) “Por isso, a importância da expressão ‘de relógio’ [...]” 2º§
- D) “Nesse momento um suíço ou um inglês tem uma síncope.” 1º§

As questões **08** a **10** possuem relação com o texto a seguir.

O estado diante da causa individual

Faço a mim mesmo uma antiquíssima pergunta. Como proceder quando o Estado exige de mim um ato inadmissível e quando a sociedade espera que eu assumo atitudes que minha consciência rejeita? É clara minha resposta. Sou totalmente dependente da sociedade em que vivo. Portanto terei de submeter-me a suas prescrições. E nunca sou responsável por atos que executo sob uma imposição irreprimível. Bela resposta! Observo que este pensamento desmente com violência o sentimento inato de justiça. Evidentemente, o constrangimento pode atenuar em parte a responsabilidade. Mas não a suprime nunca. E por ocasião do processo de *Nuremberg*, esta moral era sentida sem precisar de provas. Ora, nossas instituições, nossas leis, costumes, todos os nossos valores se baseiam em sentimentos inatos de justiça. Existem e se manifestam em todos os homens. Mas as organizações humanas, caso não se apoiem e se equilibrem sobre a responsabilidade das comunidades, são impotentes. Devo despertar e sustentar este sentimento de responsabilidade moral; é um dever em face da sociedade. Hoje os cientistas e os técnicos estão investidos de uma responsabilidade moral particularmente pesada, porque o progresso das armas de extermínio maciço está entregue à sua competência. Por isto julgo indispensável a criação de uma “sociedade para a responsabilidade social na Ciência”. Esclareceria os problemas por discuti-los e o homem aprenderia a forjar para si um juízo independente sobre as opções que se lhe apresentarem. Ofereceria também um auxílio àqueles que têm uma necessidade imperiosa do mesmo. Porque os cientistas, uma vez que seguem a via de sua consciência, estão arriscados a conhecer cruéis momentos.

(In: *EINSTEIN, A. Como vejo o mundo. Trad. H. P. de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 20-21.*)

08

É correto afirmar, considerando as informações levadas ao texto e a forma como estão articuladas, que o seu autor acredita que

- A) os indivíduos não são responsáveis sobre aquilo que fazem sob imposição.
- B) a responsabilidade moral do indivíduo é um compromisso seu consigo mesmo.
- C) o indivíduo tem responsabilidade sobre suas atitudes independente de qualquer coisa.
- D) uma vez dependente da sociedade, o indivíduo deve se submeter à vontade do estado.

09

Analise as asserções a seguir e assinale a alternativa que apresente apenas afirmações corretas sobre o uso de conectores no texto.

- I. Em “*Ora, nossas instituições, nossas leis, costumes, todos os nossos valores se baseiam em sentimentos inatos de justiça.*”, a palavra sublinhada tem valor alternativo.
- II. Na parte “*Hoje os cientistas e os técnicos estão investidos de uma responsabilidade moral particularmente pesada, porque o progresso das armas de extermínio maciço está entregue à sua competência*”, a conjunção destacada possui valor explicativo.
- III. No trecho “*Portanto terei de submeter-me a suas prescrições.*”, a conjunção sublinhada introduz uma explicação de uma ideia anteriormente apresentada.
- IV. Em “*Por isto julgo indispensável a criação de uma ‘sociedade para a responsabilidade social na Ciência’.*”, a locução destacada tem valor consecutivo.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

10

No trecho “[...] *o progresso das armas de extermínio maciço está entregue à sua competência*”, o uso do acento grave como indicador de crase é opcional. Assinale a alternativa em que o uso desse mesmo recurso também é opcional.

- A) “Eles assistiram àquela peça várias vezes.”
- B) “Os homens chegaram cedo à casa da avó.”
- C) “Suas prerrogativas estão relacionadas às dele.”
- D) “Caminharam até à casa dos amigos para brincar.”

11

“Um servidor efetivo do Tribunal Regional Eleitoral retirou um processo da repartição sem autorização da chefia imediata.” Nos termos da Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que

- A) a conduta impõe a suspensão dos direitos políticos do servidor.
- B) se o servidor estiver em estágio probatório, será exonerado do cargo.
- C) o servidor praticou infração punível com a penalidade de advertência.
- D) em caso de reincidência, aplica-se, em regra, a penalidade de demissão.

12

“José é servidor do Tribunal Regional Eleitoral e foi nomeado para exercer um cargo em comissão que envolvia administração de recursos públicos. Uma certa quantia destes recursos desapareceu e o órgão abriu sindicância para apurar responsabilidades.” Nos termos das normas aplicáveis aos servidores federais, assinale a alternativa correta quanto à situação apresentada.

- A) A sindicância deve ser conduzida por três servidores ocupantes de cargo efetivo já estáveis.
- B) A nomeação de José para o cargo em comissão independe de aprovação em concurso público.
- C) Confirmada a participação de José no desvio da verba, será o mesmo exonerado do cargo em comissão.
- D) Se José pegou o dinheiro público, terá praticado ato de improbidade administrativa do tipo prejuízo ao erário.

13

“João e Maria, casados, são Técnicos Judiciários do Tribunal Regional Eleitoral, lotados na capital do Rio de Janeiro. Maria fez concurso para Analista Judiciário do Tribunal Superior Eleitoral e foi aprovada, devendo, agora, residir em Brasília.” Quanto à remoção, nos termos da Lei nº 8.112/90, é correto afirmar que:

- A) A remoção de João, nesse caso, será de ofício, não havendo necessidade de solicitação.
- B) João será transferido para um cargo de Técnico Judiciário no Tribunal Superior Eleitoral.
- C) João pode pedir a remoção para acompanhar Maria, mas a Administração não é obrigada a conceder.
- D) Se João não for removido, Maria pode pedir para ficar no Rio de Janeiro em disponibilidade remunerada.

14

Ressalvadas disposições específicas, a publicação da pauta de julgamento pelo Tribunal se dará com antecedência mínima de 24 horas. Dependem de inclusão na pauta para que sejam julgados:

- A) Arguições de impedimento ou suspeição.
- B) *Habeas corpus* e recursos em *habeas corpus*.
- C) Conflitos de competência e respectivos recursos.
- D) Pedidos de registro de partido político, sem advogado constituído.

15

São competências do Procurador Regional Eleitoral, EXCETO:

- A) Exercer a ação pública e promovê-la, até o final, em todos os feitos e instâncias.
- B) Oficiar em todos os recursos e conflitos de jurisdição encaminhados ao Tribunal.
- C) Designar até três membros do Ministério Público Federal para funcionarem em seu auxílio.
- D) Requisitar diligências, certidões e esclarecimentos necessários ao desempenho de suas atribuições.

16

A respeito do Regimento Interno do TRE/RJ, analise as afirmativas a seguir.

- I. A classe do processo é alterada pela interposição de Agravo Regimental.
- II. Expediente que resulte em responsabilidade penal, cuja competência originária seja do Tribunal, enquadra-se na classe Inquérito.
- III. Não se altera a classe do processo pela interposição de Embargos de Declaração.
- IV. A classe Recurso Eleitoral compreende os recursos de agravo de instrumento interpostos contra decisões dos juízes eleitorais.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) II.
- B) I e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

17

A partir das disposições do Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro é INCORRETO afirmar que:

- A) O processo para escolha dos membros do Conselho Permanente de Ética será regulamentado pelo Presidente do Tribunal.
- B) A conduta do profissional servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro deve ser norteada pelo princípio da acessibilidade.
- C) O tribunal fará, preferencialmente, a indicação *ex officio* de servidores, quando necessário pessoal para execução de demandas extraordinárias.
- D) É dever abrangido pelo Código de Ética a apresentação ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício do cargo, função ou atividade.

18

Considerando a gestão estratégica aplicada ao âmbito do Poder Judiciário, assinale a alternativa em que o conceito e o exemplo estão corretamente associados.

- A) Visão – exemplo: imparcialidade.
- B) Missão – exemplo: realizar a justiça.
- C) Objetivo estratégico – exemplo: falta de agilidade dos trâmites judiciais.
- D) Valores – exemplo: ser reconhecido pela sociedade como instrumento efetivo de justiça e equidade.

19

Considerando as noções de gestão estratégica, quanto ao *balanced scorecard* (BSC), é correto afirmar que

- A) está focalizado em apenas duas perspectivas básicas: a financeira e a dos processos internos.
- B) atualmente, limita-se à análise da perspectiva da aprendizagem e do crescimento organizacional.
- C) não é aplicável ao âmbito do Poder Judiciário, já que não é possível estabelecer a perspectiva do cliente.
- D) pode ser definido como ferramenta administrativa que procura compatibilizar objetivos diferentes no sentido de integrá-los a uma estratégia das organizações.

20

Considere as seguintes estratégias de crescimento de uma empresa privada e assinale a que também é compatível com o planejamento estratégico no âmbito da Administração Pública.

- A) Criar um pacote de serviços diferenciados para clientes com maior poder de compras.
- B) Investir na melhoria das instalações e em avanços tecnológicos para otimizar os serviços.
- C) Escolher os três melhores fornecedores e dispensar os demais, visando maior lucratividade.
- D) Valorizar o funcionário remunerando-o de forma variada, conforme sua experiência anterior.

21

“A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. Dois anos após o lançamento do projeto, foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, cujo objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. Inúmeras são as contribuições relacionadas às questões de sustentabilidade preconizadas na Agenda Ambiental na Administração Pública.” Nela estão elencados, segundo os sistemas de certificação que são referência na área de construção sustentável no mundo, os nove princípios que norteiam as diretrizes de uma obra que se proponha a ser ambientalmente equilibrada. Assinale a alternativa que apresenta dois desses princípios.

- A) Eficiência energética e gestão e economia de água.
- B) Conforto termo-acústico e inexistência de resíduos.
- C) Uso de tecnologias modernas e gestão democrática.
- D) Aproveitamento passivo dos recursos naturais e custo irrisório.

22

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi instituída com o intuito de assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, em condições de igualdade, a sua inclusão social e cidadania. A respeito do que dispõe a Lei nº 13.146/2015, é correto afirmar que:

- A) À pessoa com deficiência são restritas modalidades de trabalho, em razão de sua condição.
- B) A elaboração de políticas de saúde destinadas à pessoa com deficiência deverá obrigatoriamente ser realizada com a participação de um representante com deficiência.
- C) Excetua-se à regra de atendimento prioritário, que deve ser destinado à pessoa com deficiência, a tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada.
- D) Compete ao poder público o dever de adotar soluções que se destinem à eliminação, redução ou superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, pela pessoa com deficiência.

23

S.M.A.R.T (*Self-Monitoring, Anaçlysis and Reporting Tecnology*) ou Tecnologia de Auto Monitoramento, Análise e Relatório refere-se a uma tecnologia presente nos discos rígidos, que permite informar ao usuário quando um disco está prestes a falhar, permitindo, dessa forma, que seja providenciada a troca do disco problemático. Diversas interfaces de comunicação já foram utilizadas pelos discos rígidos. Uma dessas interfaces tem a seguinte descrição: “o controle do disco rígido passou a estar no próprio dispositivo, e era uma interface padrão para discos rígidos em computadores *Macintosh*. No PC, foi mais usada para servidores”. Trata-se de:

- A) ESDI – *Enhanced Small Disk Interface*.
- B) SCSI – *Small Computer Systems Interface*.
- C) SATA – *Serial Advanced Technology Attachment*.
- D) SAS – *Serial Attached Small Computer System Interface*.

24

Utilizando o *Internet Explorer*, versão 8, no Sistema Operacional *Windows 7*, Configuração Local, Idioma Padrão-Português, para acessar qualquer *site* basta digitar o endereço requerido na barra de endereços do navegador para ter acesso à página solicitada. Entretanto, para “poupar” essa digitação de todo o endereço, há um atalho para os endereços terminados em *.com*. “Para digitar rapidamente uma URL terminando em ‘.com’, deve-se digitar a parte entre ‘www’ e ‘.com’ e, em seguida, pressionar _____.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) CTRL + ENTER
- B) SHIFT + ENTER
- C) CTRL + SHIFT + F9
- D) CTRL + SHIFT + F10

25

O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes que trata da produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, que visa a eliminação ou recolhimento para guarda permanente, é denominado de gestão de

- A) classes.
- B) atributos.
- C) princípios.
- D) documentos.

26

“Considere que Clécio, empregado de uma fábrica de automóveis, candidatou-se ao cargo de representante sindical de sua categoria profissional, vindo a ser eleito ao final do pleito.” No que se refere às garantias sociais constitucionais, é correto afirmar que Clécio

- A) pode ser dispensado até a divulgação oficial de sua eleição, adquirindo a estabilidade no emprego a partir daquela data, até um ano após o retorno ao trabalho.
- B) pode gozar da estabilidade sindical, instituto que se assemelha com a estabilidade dos servidores públicos, já que se adquire após três anos de efetivo exercício do cargo ou emprego.
- C) tem direito de não ser dispensado do emprego, desde o registro da candidatura até um ano após encerrado o mandato de representante sindical, a não ser que cometa falta grave.
- D) tem direito à estabilidade sindical porque trabalha em fábrica de automóveis, já que o direito restringe-se ao trabalho urbano e não abrange, por exemplo, a atividade junto a um sindicato de colônia de pescadores.

27

“Considere que Melissa é filha do irmão do pai do Governador do Rio de Janeiro. Ela quer saber se há alguma regra de inelegibilidade caso se candidate como representante do povo carioca.” Considerando as garantias políticas previstas no texto constitucional, Melissa é

- A) inelegível, apenas no Estado do Rio de Janeiro.
- B) inelegível, já que é prima do Governador do Estado.
- C) elegível, desde que não haja óbices de outra natureza.
- D) elegível, apenas se concorrer a um pleito para reeleição.

28

“Maristeu é brasileiro e reside na cidade do Rio de Janeiro. Recentemente descobriu que uma fábrica de eletrônicos vem, reiteradamente, despejando dejetos e resíduos tóxicos em um córrego.” Com o intuito de proteção do meio ambiente, Maristeu poderá propor uma ação popular, desde que

- A) pague as custas processuais.
- B) comprove a condição de cidadão.
- C) denuncie o fato no Ministério Público.
- D) o fato seja no bairro de sua residência.

29

Conforme expressamente previsto no texto constitucional, a ordem social tem como base

- A) a justiça social, e como objetivo o bem-estar e o primado do trabalho.
- B) o bem-estar, e como objetivo o primado do trabalho e a justiça social.
- C) o bem-estar e a justiça sociais, e como objetivo o primado do trabalho.
- D) o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

30

Encontra-se em análise, no Congresso nacional, uma reforma da previdência pública brasileira. O fundamento da reforma, segundo dados do Governo, é um *déficit* das contas públicas, ou seja, a falta de recursos para custear os benefícios. Considerando que as informações governamentais sejam verdadeiras, baseando-se no texto constitucional relativo à seguridade social, uma provável causa do *déficit* pode ser

- A) o modelo de gestão atual que exclui a participação dos trabalhadores.
- B) a insuficiência da base de financiamento dos benefícios da seguridade.
- C) a proibição de incidência da contribuição social sobre o lucro das empresas.
- D) a ausência de previsão de sanções à pessoa jurídica em débito com a seguridade.

31

O Decreto nº 6.170/2007 “dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências”. Seu texto conceitua os instrumentos jurídicos que embasarão aqueles atos administrativos. Acerca da conceituação dos instrumentos jurídicos para a formalização das transferências, de acordo com o disposto no Decreto nº 6.170/2007, NÃO é correto afirmar:

- A) Termo aditivo: instrumento que tenha por objetivo a modificação do convênio já celebrado, vedada a alteração do objeto aprovado.
- B) Contrato de repasse: instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, estadual ou municipal, que atua como mandatário da União.
- C) Termo de execução descentralizada: instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática.
- D) Convênio: acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

32

Acerca do Sistema de Registro de Preço, regulamentado pelo Decreto nº 7.892/13, estão corretas as afirmações, EXCETO:

- A) A licitação para registro de preços será realizada somente na modalidade de concorrência.
- B) Sistema de Registro de Preços é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.
- C) O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do Art. 15 da Lei nº 8.666/93.
- D) O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

33

Para grande parte da doutrina, os bens públicos podem ser considerados como aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público e são classificados tendo-se em vista a sua destinação. Acerca de bens públicos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Os bens públicos de uso comum do povo, os de uso especial e os dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.
- B) São bens públicos de uso especial os afetados a uma prestação de serviço público. Como exemplos temos os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- C) São bens públicos de uso comum do povo os destinados à utilização pela população, em igualdade de condições. Sua utilização é gratuita ou retribuída, conforme for estabelecido legalmente pela entidade cuja administração pertencerem. Rios, mares, estradas, ruas e praças são indicados como parte desta classificação.
- D) São bens públicos dominicais os que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades, que não estejam sendo utilizados para a prestação de serviços públicos. De maneira supletiva, os que não são de uso comum e os que não são bens de uso especial.

34

Estudar administração direta e indireta significa tratar da centralização e descentralização, da concentração e desconcentração. Acerca desses temas, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- A) São formas de desconcentração, a criação de Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
- B) A descentralização ocorre dentro da estrutura de uma mesma pessoa jurídica. É o que ocorre com a Administração Direta da União, tratada no Art. 4º, I, do Decreto-Lei nº 200/67. A relação aqui existente é hierárquica ou de subordinação.
- C) Quando uma pessoa jurídica de direito público divide as funções de sua competência entre os seus órgãos, componentes de sua estrutura, dá-se o fenômeno da desconcentração. É o que ocorre com a Administração Direta da União, tratada no Art. 4º, I, do Decreto-Lei nº 200/67. A relação aqui existente entre os diversos órgãos é hierárquica ou de subordinação.
- D) Na descentralização, a relação é hierárquica, de subordinação. É o que ocorre com a Administração Indireta da União tratada no Art. 4º, II, do Decreto-Lei nº 200/67. Nela, funções de uma pessoa jurídica de direito público são atribuídas a outras pessoas jurídicas. A pessoa jurídica outorgante ou delegatária de competência mantém posição hierarquicamente superior à outorgada/delegada.

35

A Constituição da República Federativa do Brasil trata da responsabilidade civil do Estado principalmente em seu Artigo 37, §6º. Assinale, a seguir, a teoria que traz a regra acerca da responsabilidade civil do Estado no Brasil.

- A) Teoria do Risco Administrativo.
- B) Teoria da Culpa Administrativa.
- C) Teoria da Responsabilidade Administrativa Integral.
- D) Teoria da Responsabilidade com culpa civil comum do Estado.

36

Sobre o tratamento que a legislação brasileira dá aos Sistemas Eleitorais, assinale a alternativa correta.

- A) Os Senadores são eleitos pelo sistema majoritário em dois turnos.
- B) Nos casos em que se aplica o sistema proporcional, vigora a lista aberta.
- C) Os membros do Congresso Nacional são eleitos pelo sistema proporcional.
- D) Adota-se, em relação aos Deputados Estaduais, o sistema distrital misto, com lista fechada.

37

A Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, trata das funções eleitorais do Ministério Público. Acerca das funções eleitorais do Ministério Público, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O Procurador Regional Eleitoral poderá ser destituído, antes do término do mandato, por iniciativa do Procurador-Geral Eleitoral, anuindo a maioria relativa do Conselho Superior do Ministério Público Federal.
- B) O Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público local que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona. Na inexistência de Promotor que officie perante a Zona Eleitoral, ou havendo impedimento ou recusa justificada, o Chefe do Ministério Público local indicará ao Procurador Regional Eleitoral o substituto a ser designado.
- C) O Procurador Regional Eleitoral, juntamente com o seu substituto, será designado pelo Procurador-Geral Eleitoral, dentre os Procuradores Regionais da República no Estado e no Distrito Federal, ou, onde não houver, dentre os Procuradores da República vitalícios, para um mandato de dois anos. O Procurador Regional Eleitoral poderá ser reconduzido uma vez.
- D) Compete ao Procurador-Geral Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Superior Eleitoral. Além do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o Procurador-Geral poderá designar, por necessidade de serviço, membros do Ministério Público Federal para oficiarem, com sua aprovação, perante o Tribunal Superior Eleitoral.

38

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a composição do Tribunal Superior Eleitoral. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Terá três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- B) Terá dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
- C) Terá dois juízes advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- D) Terá um membro do Ministério Público, indicado pela Procurador Geral da República.

39

Os Direitos Políticos Ativos e Passivos contêm expressa regulamentação na Constituição da República Federativa do Brasil. Sobre o tratamento que a lei maior dá ao tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. Não podem alistar-se como eleitores, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- II. É condição de elegibilidade a idade mínima de 21 anos para vereador.
- III. Os inalistáveis são inelegíveis.
- IV. Os analfabetos são alistáveis, mas inelegíveis.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

40

“O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de _____ dias, contados da _____, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) 10 / eleição
- B) 15 / eleição
- C) 10 / diplomação
- D) 15 / diplomação

41

“João da Silva, Prefeito Municipal de Águas Limpas, deseja candidatar-se ao cargo de Deputado Federal.” Para tanto

- A) poderá permanecer no cargo até as eleições.
- B) deverá licenciar-se do cargo até seis meses antes do pleito.
- C) deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito.
- D) poderá optar entre permanecer no cargo ou licenciar-se e retornar no caso de derrota.

42

“A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, regula, dentre outros temas, as Convenções para a escolha dos candidatos. Sobre o citado tema, estatui a referida norma que a escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de _____ do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto, rubricado pela Justiça Eleitoral, publicada em vinte e quatro horas em qualquer meio de comunicação.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 10 a 4 de junho
- B) 12 a 30 de junho
- C) 5 de junho a 10 de julho
- D) 20 de julho a 5 de agosto

43

“No Município ‘X’, cuja Câmara Municipal seja composta de nove vereadores, o Partido ‘Y’ deseja lançar 14 candidatos para as eleições municipais. Destes, deverão ser do sexo minoritário, no mínimo, _____ candidatos.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 5

44

A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência

- A) a data da posse.
- B) a data da eleição.
- C) a data do pedido de registro, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data da eleição.
- D) a data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido registro.

45

“‘X’, candidato a Prefeito do Município ‘Y’, renunciou à sua candidatura, após o termo final do prazo do registro.” Neste caso, o partido

- A) poderá substituir o candidato, desde que o novo pedido seja apresentado até 20 dias antes do pleito.
- B) poderá substituir o candidato, mas a substituição só será deferida se ocorrer em até 10 dias da renúncia.
- C) não poderá substituir o candidato, uma vez que o registro de candidatura é a data limite para substituições.
- D) poderia substituir o candidato se fosse o caso de falecimento, pois, diferentemente da renúncia, no caso de falecimento, a substituição tem como data limite 20 dias antes do pleito.

46

A condenação à suspensão dos direitos políticos por ato de improbidade administrativa gera a inelegibilidade desde a condenação ou trânsito em julgado, até o transcurso do prazo de 8 anos, após o cumprimento da pena. No entanto, para que ocorra este efeito, são necessários alguns requisitos. Assinale a alternativa que apresenta um requisito que **NÃO** é previsto em lei:

- A) Que o ato seja doloso.
- B) Que importe em enriquecimento ilícito ou dano ao erário.
- C) Que tenha havido abuso do poder econômico com benefício a si ou a terceiros.
- D) Que a decisão tenha transitado em julgado ou tenha sido proferida por órgão judicial colegiado.

47

“Estabelece a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que são inelegíveis para qualquer cargo os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes _____.” Assinale a alternativa que **NÃO** complementa corretamente a afirmativa anterior.

- A) contra a vida e a dignidade sexual
- B) contra o meio ambiente e a saúde pública
- C) de redução à condição análoga à de escravo
- D) hediondos e de abuso de autoridade, em qualquer caso

48

Sobre a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido na lei, vedada a veiculação de propaganda paga.
- B) A propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, ou o recurso de legenda, que deverão constar obrigatoriamente do material entregue às emissoras.
- C) A partir de 15 de agosto do ano da eleição, é vedado, ainda, às emissoras transmitir programa apresentada ou comentada por pré-candidato, sob pena, no caso de sua escolha na convenção partidária, de imposição de multa exclusivamente.
- D) Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos.

49

Sobre as Disposições Penais do Código Eleitoral, analise as afirmativas a seguir.

- I. Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de quinze dias para a pena de detenção e de um ano para a de reclusão.
- II. Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o *quantum*, deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.
- III. Os funcionários requisitados pela Justiça Eleitoral são considerados membros e funcionários da Justiça Eleitoral para os efeitos penais.
- IV. Aplicam-se aos fatos incriminados no Código Eleitoral as regras gerais do Código Penal.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

50

“José da Silva quer apoiar seu candidato a Prefeito e gostaria de fazer propaganda eleitoral em seu veículo. Assim, gostaria de colocar um adesivo plástico em seu automóvel.” José poderá fazê-lo, desde que não exceda a:

- A) 1 m² (um metro quadrado).
- B) 2 m² (dois metros quadrados).
- C) 0,5 m² (meio metro quadrado).
- D) 0,75 m² (setenta e cinco centímetros quadrados).

55

A reforma do Estado dos anos 1990 modificou a administração pública, implementando uma cultura gerencial calcada em uma gestão voltada para ferramentas e métodos provenientes da iniciativa privada. A adesão à cultura gerencial, oriunda dessa reforma, estimula cada vez mais a participação de consultorias privadas com o intuito de gerar informações imprescindíveis para a tomada de decisões dos gestores públicos e apoiar a elaboração de programas de gestão. No caso brasileiro, quais foram os resultados mais visíveis da reforma do Estado no âmbito do controle das privatizações?

- A) Os programas GPRA.
- B) As agências reguladoras.
- C) Os novos mecanismos de mercado.
- D) Os centros de responsabilidade e governança.

56

Apesar da evolução sistemática da administração pública nos últimos anos, percebe-se que ainda permanece reativa e lenta em detrimento da gestão privada. Desse modo, em razão das características inerentes à administração pública, é necessário saber se um eventual empreendedor conseguiria sobressair em um ambiente mais estático. Em uma análise comparativa entre o empreendedorismo público e o privado, no que tange ao elemento motivação, é uma característica do empreendedorismo independente e no setor privado:

- A) A tomada de risco calculada.
- B) A grande diversidade de objetivos.
- C) A ausência de redistribuição de lucros.
- D) A busca por superação dos entraves burocráticos.

57

Embora seja uma questão antiga e que em algumas vezes se misturava à questão religiosa, como o calvinismo do século XVI, a busca de valores e virtudes a todo custo tornou-se uma necessidade tão vital como “o pão nosso de cada dia”, especialmente nas atividades que envolvem as relações com o poder público. No século XVI, Calvino e seus seguidores – frutos da Reforma Protestante que este ano completa 500 anos – preocupados com essa questão, diziam aos crentes que eles precisavam ter retidão e austeridade no que faziam, diferentemente do pensamento do grupo de teólogos não reformados, propensos a ver na atividade econômica a oportunidade de enriquecimento fácil com coisas fúteis. Por outro lado, no século seguinte, Portugal foi contemplado com o trabalho do padre Antônio Vieira que escreveu, em 1655, o sermão do bom ladrão, cujo conteúdo tem muito a ver com o que o Brasil vive na atualidade: suborno, corrupção, lavagem de dinheiro e improbidade na gestão do bem público por parte de gestores, políticos e empresários inescrupulosos. E isso, não por acaso, influencia no cotidiano dos “clientes” da administração pública em nossos dias. A ineficiência do serviço público brasileiro é de conhecimento de todos que costumam assistir aos noticiários na TV, ou ler jornais e revistas de circulação no país. Nesses veículos de comunicação, é comum a divulgação da precariedade não apenas dos serviços públicos – saúde, transportes, educação etc. – mas também de setores há muito tempo privatizados, como o de telecomunicação que tem alto índice de reclamação dos clientes. Tudo isso contribui para colocar em xeque a credibilidade que a população deposita nos gestores da coisa pública. A confiança no serviço público está tão “nublada”, assumindo um “ar de cinismo”, que vários setores da sociedade têm colocado a necessidade de uma nova reforma no topo da lista de objetivos urgentes. A que tipo de nova reforma o enunciado se refere?

- A) Reforma ética.
- B) Reforma nacionalista.
- C) Reforma organizacional.
- D) Reforma macroeconômica.

58

A adoção da qualidade como instrumento de modernização da Administração Pública brasileira deverá sempre levar em conta, simultaneamente, os seguintes tipos de dimensão:

- A) Formal e política.
- B) Política e jurídica.
- C) Funcional e formal.
- D) Jurídica e conservadora.

59

O ambiente de trabalho dos servidores públicos no Brasil nem sempre é pautado por relações sadias, construtivas ou ainda se prevalece o senso de trabalho em equipe. Nem mesmo a estabilidade dos empregos públicos impedem situações de assédio moral ou ainda sexual dos servidores. Atualmente, cresce no país relatos e causas judicializadas envolvendo provocações em local de trabalho, sarcasmos, zombarias e espécies de campanhas psicológicas com o objetivo de fazer da vítima uma pessoa rejeitada ou excluída dos demais membros de um órgão ou setor. Não são poucos os casos de abuso de poder de superiores contra funcionários na esfera pública. O Superior Tribunal de Justiça salientou que o assédio moral no serviço público pode ser considerado como:

- A) Peculato. C) Fraude gerencial.
B) Descaminho. D) Ato de improbidade administrativa.

60

Os poderes administrativos nascem com a Administração e se apresentam diversificados segundo as exigências do serviço público, o interesse da coletividade e os objetivos a que se dirigem. Os poderes são os seguintes: vinculado; discricionário; hierárquico; disciplinar; regulamentar; e, polícia. Qual é o poder através do qual a lei permite a Administração Pública aplicar penalidades às infrações funcionais de seus servidores e demais pessoas ligadas à sujeição dos órgãos e serviços da Administração?

- A) Polícia. B) Disciplinar. C) Discricionário. D) Regulamentar.

61

Quanto aos órgãos públicos, é INCORRETO afirmar que:

- A) Têm personalidade jurídica e vontade própria.
B) Tribunais Judiciários e Juízes Singulares, Ministério Público são órgãos independentes.
C) São centros de competências instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.
D) Cada órgão, como centro de competência governamental ou administrativa, tem necessariamente funções, cargos e agentes, mas é distinto desses elementos, que podem ser modificados, substituídos ou retirados sem supressão da unidade orgânica.

62

Normalmente, quando falamos de grandes empresas, falamos da realidade de várias fábricas, cujo volume de operações de compras, dependendo do empreendimento, pode alcançar quantidades consideráveis. Nesses casos, é necessário analisar se todas as compras da organização devem ser feitas em um ponto centralizado, ou estabelecer-se em seções de compras separadas para cada fábrica ou divisão operacional. Nesse sentido, marque C para as vantagens da centralização completa das compras e D para as vantagens para estabelecer a descentralização das compras.

- () Oportunidade de negociar maiores quantidades de materiais.
() Distância geográfica.
() Tempo necessário para a aquisição de materiais.
() Homogeneidade da qualidade dos materiais adquiridos.
() Controle de materiais e estoques.
() Facilidade de diálogo.

A sequência está correta em

- A) D, D, C, D, C, D. B) C, C, D, D, D, C. C) D, C, C, C, C, D. D) C, D, D, C, C, D.

63

No que tange à administração de recursos materiais, qual nome se dá à descrição minuciosa que possibilita melhor entendimento entre o consumidor e o fornecedor quanto ao tipo de material a ser requisitado?

- A) Organização.
B) Simplificação.
C) Especificação.
D) Normalização.

64

O cadastro de fornecedores é uma ferramenta de gestão que permite aos órgãos e entidades da Administração Pública, que realizam frequentemente licitações, agilizar a fase de habilitação dos procedimentos licitatórios por meio do cadastramento prévio dos fornecedores interessados, bem como auxilia a administração de contratos na verificação das condicionantes de pagamento e para eventual assinatura de aditivo contratual. NÃO se caracteriza como um benefício direto do cadastro de fornecedores:

- A) Assegura análise prévia de sua documentação de habilitação.
- B) Permite a dispensa da apresentação desses documentos nas licitações, conforme edital.
- C) Permite o envio de alerta automático por *e-mail* sobre a publicação de licitações de interesse do fornecedor.
- D) Estimula ao fornecedor contratado entregar a mesma documentação variadas vezes, tornando o processo mais ágil e transparente.

65

Embora o sistema de processamento de pedidos esteja cada vez mais automatizado e sofisticado, ele não é totalmente imune a problemas durante o ciclo do pedido. Na verdade, se verifica com relativa frequência a ocorrência de alguns tipos de problemas durante este ciclo. Qual é o tipo de problema diretamente relacionado à utilização de métricas diferentes por parte de clientes e fornecedores para avaliar o mesmo fenômeno, que, muitas vezes, é medido a partir de uma visão limitada por parte dos fornecedores e uma visão mais ampla por parte de seus clientes?

- A) Percepções conflitantes.
- B) Variabilidade dos tempos de ciclo.
- C) Atraso na transmissão dos pedidos.
- D) Flutuações exageradas da demanda ao longo tempo.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova de Redação é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) redação.
- A resposta à Prova de Redação deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1,0 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- Será atribuída nota zero à redação que: não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); estiver em branco; fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; e apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.
- A Prova de Redação terá o valor de 10 (dez) pontos.
- Para efeito de avaliação da Prova de Redação serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	6,00
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	4,00
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OS ERROS TEXTUAIS OBEDECERÃO AOS CRITÉRIOS A SEGUIR:	
Número de erros	Pontuação
nenhum	4,00
de 1 a 3	3,75
de 4 a 10	3,00
de 11 a 15	2,00
de 16 a 20	1,00
Acima de 20	0,00
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Redação.	

15 de setembro – Dia Internacional da Democracia – #EU4Democracy 2017

Dia Internacional da Democracia foi adotado pelas Nações Unidas em 2007. Em 2017, a União Europeia celebra a democracia com a campanha #EU4Democracy, com enfoque no Direito de Saber e como cidadãos podem se tornar mais ativos para sensibilizar a opinião pública e mobilizar comunidades para garantir o livre fluxo de informações necessárias para alcançar suas necessidades sociais, econômicas e políticas.

Para celebrar a #EU4Democracy, a Delegação da União Europeia no Brasil, bem como outras delegações pelo mundo, está lançando no *Facebook* e no *Twitter* a ação “Minha democracia é...”, que consiste em *selfies* com um cartaz refletindo em poucas palavras o que a democracia é para você, [...]

A União Europeia vê uma ligação inextricável entre os direitos humanos e a democracia. Somente em uma democracia os indivíduos podem realizar plenamente seus direitos humanos, incluindo os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Embora não exista um modelo único de democracia, as democracias compartilham características comuns, como um sistema de escolha e substituição do governo através de eleições com participação de partidos políticos (oposição), participação ativa das pessoas na política e vida cívica, estado de direito em que as leis e os procedimentos aplicam-se igualmente a todos os cidadãos e o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais, incluindo o princípio da não discriminação, que prevê que todos tenham direito ao gozo de todos os direitos humanos sem discriminação quanto à raça, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, nascimento ou outro *status*. A democracia deve garantir os direitos de todos, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias, de povos indígenas e outros grupos vulneráveis. [...]

(Disponível em: https://eeas.europa.eu/delegations/brazil/32240/15-de-setembro-dia-internacional-da-democracia-%E2%80%93-eu4democracy-2017_pt.)

Um novo conceito de política em tempos de redes sociais

Ativismo digital não é mais novidade. Usar a *internet* para conectar pessoas, divulgar causas e reunir multidões é algo que teve início ainda nos anos 90, quando o Subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional, usava a *internet* para espalhar o drama dos índios no sul do México. Ou quando uma multidão se reuniu em *Seattle*, em novembro de 1999, para protestar contra encontros de cúpula da Organização Mundial do Trabalho. Mas a *internet* e as mídias digitais só começaram a se popularizar de verdade no início da década passada, por isso esse tipo de organização política ainda estava restrito a militantes mais engajados.

Mas a *internet* deixou de ser uma rede de *geeks*. Celulares se tornaram o principal meio de comunicação do planeta. Além de fotografar e filmar, ainda se conectam à *web* para divulgar o que foi registrado onde for.

(Link/Estadão. Alexandre Matias, editor do caderno de Tecnologia do Estadão.)

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

(Geraldo Vandré. *Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores.*)

De acordo com os textos motivadores anteriores, redija um texto dissertativo acerca da temática:

“Democracia na era digital: a transformação da sociedade a partir de ações reais de efetiva cidadania”.

REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa. Todos os demais equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, deverão ser recolhidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, dicionários, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, régua de cálculo, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, MP3/MP4, receptor, gravador, *paggers*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo e similares.
3. O tempo de duração da prova abrange a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas e Folha de Textos Definitivos, bem como o procedimento de identificação datiloscópica previsto.
4. **É PROIBIDA a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) em qualquer meio.** Deverá, ainda, entregar ao fiscal seu caderno de questões, caso deixe o local de provas em momento anterior ao permitido para saída com tal documento, conforme previsto em Edital.
5. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
6. **O Caderno de Provas consta de 65 (sessenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha e Prova de Redação (apenas para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa) / Estudo de Casos (para os cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário – Apoio Especializado).** Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/área/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas e Folha de Textos Definitivos que lhe foram fornecidas estão corretos. **Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.**
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e única resposta correta.
8. **Verifique se o TIPO/COR deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como com o TIPO/COR registrado na folha de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.**
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos **30 (trinta) minutos** anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos **90 (noventa) minutos** após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas, para posterior análise pela Comissão do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos das Provas Objetivas serão disponibilizados no *site* da Consulplan no dia seguinte à aplicação, a partir das 9 horas.
- Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do evento a ser recorrido.
- A interposição de recursos poderá ser feita exclusivamente via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público.